



Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

422. O BRASIL EM 1587

A obra de Gabriel Soares de Souza – “Tratado descritivo do Brasil em 1587” – “talvez a mais admirável de quantas em português produziu o século quinhentista” – no dizer de Varnhagen, foi publicada pela primeira vez em 1825, pela Academia das Ciências de Lisboa, mas, ainda segundo Varnhagen, “o código utilizado foi infelizmente pouco fiel e o revisor, não entendido na nomenclatura das cousas de nossa terra”, o que levou o historiador a propor ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a publicação de uma nova edição, desta vez “castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França”.

Tal edição foi publicada em 1851, integrando o tomo quinto da “Revista” do Instituto, acrescida de alguns comentários do futuro Visconde de Porto Seguro. Reeditada em 1879, foi com base nessa edição de Varnhagen que vimo-la reeditada em 1938 na preciosa – e saudosista – coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional.

Divide-se a obra em suas grandes partes. A primeira tem por título “Roteiro geral da costa brasílica” e consta de 74 capítulos. A segunda, intitula-se “Memorial e declaração das grandezas da Bahia” e, em mais de cem pequenos tópicos, trata da história da colonização da Bahia, da descrição topográfica e geográfica, e mais: agricultura, plantas, animais, grupos indígenas, condições de defesa, riquezas minerais, enfim

um verdadeiro “Tratado descritivo” de uma boa porção do território brasileiro, naquele final do século XVI. “Livro que se evidencia por si mesmo – dele disse Almir de Andrade – tal a abundância de dados que fornece o método admirável da exposição. Obra que se recomendaria pelo seu próprio conteúdo e estrutura, não viesse a recomendá-la ainda o espírito superior e culto do autor, que paira muito acima de todos os seus contemporâneos que no Brasil estiveram”.

Justificando – como se precisasse... – sua recente edição de Gabriel Soares, escreveu Leonardo Dantas Silva: “Apesar da importância do seu conteúdo para o conhecimento do Brasil ao século XVI, a obra de Gabriel Soares é praticamente desconhecida das novas gerações de estudiosos da história dos nossos primeiros anos. Afim de sanar tal lacuna o próprio historiador pernambucano promoveu nova edição pela Fundação Joaquim Nabuco. E mais duas ou três apareceram, todas excelentes.

423. RELEMBRANDO UM HISTORIADOR PAULISTA

Nome significativo da historiografia paulista é o de Eugênio Egas, nascido aos 22 de maio de 1863 na velha cidade litorânea de Iguape. Fez seus estudos preparatórios no antigo Colégio Ipiranga, na capital paulista, cursando depois a Faculdade de Direito, pela qual se bacharelou em 1884. Obtido o diploma, foi residir em São Carlos, onde fundou e dirigiu o “Oitavo Distrito”, órgão de propaganda republicana. Exerceu naquela cidade os cargos de promotor, vereador e intendente municipal. Foi deputado estadual de 1895 a 1903, fiscal federal junto a estabelecimentos de ensino, membro de comissões revisoras e reorganizadora do Arquivo Público e do Tesouro do Estado. Em 1911 representou o Estado de São Paulo na Exposição Internacional de Turim, tendo sido, depois, incumbido de estudar “in loco” a organização penitenciária de diversos países da Europa. Foi diretor do Patronato Agrícola do Estado, de 1912 a 1931, ano em que se aposentou.

Jornalista militante, trabalhou em diversos órgãos da imprensa paulista, como “O Estado de S. Paulo” e o “Correio Paulistano”. Diversas

revistas culturais de São Paulo trazem colaborações de sua lavra, especialmente a Revista do Instituto Histórico e a da Academia Paulista de Letras. Nesta instituição, foi o primeiro ocupante da Cadeira nº 30, que tem como patrono o Padre Feijó. Faleceu na capital paulista a 29 de junho de 1956.

Além de numerosa produção original no campo da historiografia, a bibliografia histórica brasileira deve-lhe a reedição de importantes obras, como a “História do Brasil”, de Armitage, o “Quadro estatístico da Província de São Paulo”, do Marechal Daniel Pedro Müller, o valioso volume contendo documentos sobre a Maioridade e ainda uma coletânea de escritos do Padre Feijó, na qual se encontra quase tudo quanto o grande regente escreveu. Na série “Necrológios”, em quatro volumes, publicados entre 1919 e 1925, traçou os perfis biográficos de numerosos historiadores que integraram o quadro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Além do muito que publicou pela tradicional entidade da rua Benjamin Constant, deixou obras significativas: “Diogo Antônio Feijó”, 2 volumes (1912), “Os municípios paulistas”, 2 volumes (1925), “Galeria dos presidentes de São Paulo”, 3 volumes (1926-7), “Dicionário geográfico de São Paulo” (1929). Das reedições que promoveu merecem destaque especial a “História do Brasil”, de Armitage; o “Ensaio de um quadro estatístico” do Marechal Müller e o documentário sobre o processo da Maioridade. O segundo volume de sua obra sobre Feijó é todo constituído de trabalhos originais do grande regente, o que diz suficientemente do seu interesse. É de se lamentar, apenas, que de toda a sua vasta produção, nada exista atualmente ao alcance dos leitores; quase nada foi reeditado e as edições originais são raríssimas.

424. CENTENÁRIO DE UM LIVRO CURIOSO

Em 1887, portanto há bem mais de cem anos, aparecia em Leipzig, Alemanha, editado pela famosa Brockhaus, um livro curioso: escrito e publicado em alemão, por um autor brasileiro e tratando da vida

de um francês, embora ligado também à história de nosso país: Villegagnon, o fundador da “França Antártica”, tentativa de ocupação francesa no Brasil em meados do século XVI. Seu autor, Manuel Tomás Alves Nogueira, ou apenas M.T. Alves Nogueira (pois ele sempre fez questão de ocultar sob iniciais seus dois prenomes), nasceu no Rio de Janeiro em 1840, ou 41, segundo algumas fontes.

Adquiriu sólida formação humanística em universidade alemã, o que lhe permitiu falar e escrever diversas línguas vivas e mortas. Retornando ao Brasil, prestou concurso para a cadeira de Grego do Colégio Pedro II, escrevendo duas teses inteiramente em língua grega, o que deve ter causado situação não muito cômoda aos seus próprios examinadores, provavelmente nenhum deles em condições de ler com desembaraço algo totalmente escrito em grego. Mas, não esquentou o lugar, pouco permanecendo no cargo. Possuindo rendimento que lhe possibilitava viver na Europa, para lá se transferiu com toda a família, fixando residência em Franckfort-sobre-o-Meno. Parece que voltou ao Brasil apenas uma vez, a passeio. Andou por diversos países europeus, vindo a falecer nos arredores de Gênova, em 1913.

Deixou treze trabalhos originais, além de quatro traduções. Dos originais, um foi escrito em grego (a tese de concurso), outro em latim, um em alemão e os demais em português. Traduziu para o alemão uma corografia de Joaquim Manuel de Macedo e passou do alemão para o português três clássicos de nossa historiografia militar: as obras de Schneider e de van Versen sobre a Guerra do Paraguai e a de Seweloh sobre a guerra contra Buenos Aires, em 1827.

Seu livro, a que de início nos referimos, sobre Villagagnon, tem como subtítulo “Contribuição para o conhecimento das relações franco-brasileiras no século XVI” e foi dedicado a D. Pedro II. Nele, traça o autor excelente painel da história da Europa no século XVI, como que preparando o cenário para introduzir seu biografado, que é, depois, estudado nas várias funções que desempenhou na França e, finalmente, no Brasil à frente da ocupação francesa de 1555.

Só em 1944 foi o livro de Alves Nogueira traduzido para a nossa língua (com título abreviado para “Villegagnon”) publicado pela antiga

Editora Epasa, em tradução de Rodolfo Coutinho, com introdução e notas de Basilio de Magalhães. Integrava a coleção “Biblioteca Brasileira de Cultura”, dirigida por Basilio e por Cândido Jucá Filho. Não tendo sido reeditado tornou-se hoje volume extremamente raro e que bem mereceria uma reedição.

425. MEDITAÇÃO SOBRE A SAGRADA PAIXÃO DO REDENTOR

Foi com a expressão acima que o compositor inglês John Stainer (1840-1901) subtitulou seu grande oratório “The Crucifixion”, composto em 1887 e desde então considerado uma das grandes obras da música sacra universal. Dotado de excepcional beleza, revelando uma concepção inteiramente nova quando comparada com tantas outras obras inspiradas no grande e sugestivo tema, caiu no gosto do povo inglês, gozando de larga popularidade e sempre executado por ocasião da Semana Santa, em quase todos os lugares onde se cultivam música ou nas próprias igrejas da Inglaterra. Concorre, no favor do público, com o “Messias”, de Handel, igualmente ali executado com enorme frequência na época do Natal.

Todavia, fora da Inglaterra o oratório de Stainer não logrou popularidade, sendo praticamente desconhecido no Brasil, a não ser de alguns discófilos que guardam ciosamente em suas estantes os dois discos em LP gravados há mais de meio século pela Nixa Records, de Londres, hoje raríssimos e que, tanto quanto saibamos, continuam sendo a única gravação da grande obra. Discos antigos, obviamente sem o benefício das modernas técnicas da ciência do som, permitem-nos, contudo (pois a interpretação é magnífica) apreciá-la em toda sua grandiosidade e beleza.

O seu coro mais famoso e mais belo, talvez o “climax” do oratório, extraído do texto do Evangelho de João 3:16 – “De tal maneira amou Deus o mundo que deu seu Filho unigênito, para que todo aquele que n’Ele crê não pereça mas tenha a vida eterna” – e que é, de fato um dos mais belos coros sacros já escritos, tornou-se conhecido nos meios

protestantes brasileiros, em cujas igrejas era cantado com relativa frequência, pois, se não nos enganamos, figura nos próprios hinários evangélicos.

“The Crucifixion”, como dissemos de início, destoa dos demais oratórios por não conter as partes descritivas que habitualmente caracterizam essa forma musical. A rigor, seria mais correto, tal como no caso do “Messias”, considerá-lo uma grande cantata tendo como tema central a meditação em torno da paixão de Cristo. Foi concebido para duas vozes solistas e coro, com acompanhamento de órgão. A intenção do compositor – e parece cumprida nas igrejas protestantes inglesas – é que as partes corais sejam cantadas também por toda a congregação e não apenas pelo coro, o que dá à obra um caráter todo especial no conjunto da música sacra universal.

Recorde-se que John Stainer deixou dois outros oratórios (sobre Gedeão e sobre Maria Madalena), uma cantata inspirada no episódio da filha de Jairo, tal como vem relatado no capítulo quinto do Evangelho de Marcos. Nenhuma dessas obras, contudo, alcançou a popularidade de “A Crucificação”, nem nunca vimos qualquer referência que nos ajudasse a conhecer de seu mérito.